



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680397 - SP (2021/0220464-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : KARINA CARLA ORTUNHO
ADVOGADO : KARINA CARLA ORTUNHO - SP415318
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JUARI MARCELO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : ELIANA DE MOURA DA SILVA
CORRÉU : LEONARDO BONVICINI VENTURA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUARI MARCELO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 1501404-85.2019.8.26.0603).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, às penas de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 680 dias-multa.

Sustenta a impetrante a necessidade de reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, por ter sido utilizada para fundamentar a condenação, e de compensação com a agravante da reincidência, por ter sido considerada somente uma condenação para exasperação da pena na segunda fase da dosimetria.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja reconhecida a atenuante prevista no art. 65, inciso III, “d”, do Código Penal, com consequente compensação integral com a agravante da reincidência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE.

AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente